



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DA SAÚDE

Intervenção inicial da Ministra da Saúde na audição das Comissões de Orçamento e Finanças e de Saúde da Assembleia da República sobre o Orçamento do Estado para 2020

13 de janeiro de 2020

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Na apresentação da proposta de Orçamento de Estado para 2020 destacou-se que a **Saúde constitui a grande prioridade orçamental**.

Agora que iniciamos o debate na especialidade, vale a pena analisar, com maior detalhe, os **fundamentos desta afirmação**.

Em primeiro lugar, recordo que, entre 2010 e 2012, a despesa do SNS diminuiu 1.400ME, assim se mantendo até 2014 e continuando, em 2015, 906ME abaixo do valor de 2010.

Depois, recordo que, entre 2015 e 2019, a despesa total cresceu 1.635ME, principalmente por efeito das despesas com pessoal (+903 ME) e com consumos intermédios, como medicamentos e dispositivos (+399ME).

Ou seja, em termos de dotações do Orçamento de Estado, se entre 2010 e 2015 se apurou um decréscimo de, em média, 1,8%, no período 2015-2019, apurou-se um crescimento médio anual de 3,5%, revertendo-se a anterior tendência.

Recordo por último que, **em 2020 a dotação orçamental inicial do SNS será reforçada em 941ME face ao orçamento do ano anterior, elevando o acréscimo orçamental acumulado face a 2015 para os 2.412 milhões de euros (+31%), valor que representa mais do dobro do decréscimo verificado entre 2010 e 2015, que foi de 825ME.**

Este é, portanto, **o primeiro fundamento para afirmar que a Saúde constitui a grande prioridade orçamental**. O fundamento que radica em constatar que, **depois de um ciclo de redução houve um ciclo de reposição e estão a ora criadas as condições para um ciclo de expansão**.

Adicionalmente, o Orçamento de Estado para 2020 não se limita a afetar mais recursos ao SNS. Ele é o instrumento de uma política económica em que o foco são as Pessoas e **reduzir o desequilíbrio orçamental do SNS só terá sentido se tiver efeito prático nas suas vidas**. Por isso iremos **focar a ação governativa em três vértices: qualificação do acesso; motivação dos profissionais de saúde; e investimento na rede do SNS**.

Com a **qualificação do acesso ao SNS**, pretendemos mais oferta de cuidados adequados em volume, tempo e qualidade.

Em primeiro lugar, nos cuidados de saúde primários, que continuarão a ser o principal aliado da modernização do SNS e por isso os reforçaremos em termos de cobertura e capacidade resolutiva e dispensaremos na cobrança de taxas moderadoras.

Em segundo lugar nos cuidados hospitalares, cuja gestão será focada em ganhos de acesso, eficiência e humanização, com destaque para a melhoria da atividade programada, em especial, de primeiras consultas e de cirurgias, de apoio à tele-saúde, de incentivo à realização de consultas descentralizadas e de alargamento do programa de hospitalização domiciliária.

Em terceiro lugar, nos cuidados continuados integrados e nos cuidados paliativos, que beneficiarão da contratação de 800 novas camas, da implementação das primeiras Unidades de Dia e Promoção de Autonomia e do alargamento das Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos.

Em resumo, em cada um dos níveis de cuidados a preocupação é oferecer mais respostas, mas, especialmente, mais integração, melhor utilização e novos modelos de prestação.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DA SAÚDE

Com a **motivação dos profissionais de saúde**, pretendemos melhorar as condições de trabalho no SNS. Com mais contratações, com particular atenção ao equilíbrio da composição das equipas, que precisamos de reforçar em técnicos superiores de saúde e de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e operacionais.

Mas também com mais incentivos ao desempenho, com a melhoria do modelo de pagamento das Unidades de Saúde Familiar modelo B, no sentido de o tornar mais sensível às dinâmicas dos resultados, e com a organização dos hospitais em Centros de Responsabilidade Integrados, com condições remuneratórias associadas à contratualização interna de metas assistenciais.

Finalmente, **com a melhoria da rede SNS** pretendemos realizar os investimentos de capital que, com base no melhor planeamento técnico, promovam a capacidade assistencial dos serviços públicos de saúde e modernizem as suas instalações e equipamentos para maior satisfação de utentes e profissionais.

Aqui reside **o segundo fundamento para afirmar que a Saúde constitui a grande aposta orçamental. Nas prioridades identificadas e nas escolhas políticas realizadas; escolhas que conferem uma clara prioridade às Pessoas:** aos utentes, que precisam de consultas e de cirurgias; aos profissionais de saúde, que aspiram a modelos de trabalho e de pagamento que reflitam o seu desempenho; e, à comunidade, porque importa não esquecer que a Saúde é, na classificação económica, um bem de mérito cujo consumo satisfaz necessidades consideradas socialmente prioritárias e de cujo consumo individual beneficia não apenas o próprio, mas também outros indivíduos que com ele se relacionem e a sociedade como um todo.

O terceiro fundamento para afirmar que **a Saúde constitui a grande prioridade orçamental** resulta de o Orçamento de Estado para 2020 incluir **medidas específicas de reforço da autonomia e responsabilidade de todos os níveis de gestão**, reconhecendo-se que esta é uma dimensão complementar indispensável ao reforço da dotação orçamental e às boas escolhas na sua afetação.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DA SAÚDE

É exemplo do caminho que se pretende percorrer a criação de um novo modelo de governação do SNS, assente numa distinção clara entre competências de formulação de orientações estratégicas para a área da Saúde, da responsabilidade dos decisores políticos, e competências de liderança gestonária do SNS, delegadas num organismo executivo.

É também exemplo o conjunto de medidas de melhoria da eficiência da despesa, entre as quais se destacam: o reforço de mecanismos de controlo do absentismo, a revisão da despesa com fármacos e dispositivos médicos, o combate à fraude, a reconfiguração da rede de prestação de cuidados de saúde do SNS, nomeadamente através do reforço do modelo de organização de urgências metropolitanas e a gestão dos utilizadores frequentes dos serviços de urgência associada à gestão de caso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Apesar de a Saúde ser a grande prioridade do Orçamento de Estado de 2020, **este vai ser um ano particularmente exigente para todos os que trabalham no SNS.**

Para estar à altura do esforço orçamental dos portugueses é preciso garantir que não se perca nenhuma oportunidade de resposta àquilo que esperam de nós – saúde familiar com solução para a doença aguda nos cuidados de saúde primários; consultas, cirurgias e exames em tempo nos hospitais; camas de cuidados continuados e respostas de cuidados paliativos onde sejam precisos; números de contacto, tele-saúde e hospitalização domiciliária quando adequado às concretas necessidades; qualidade e humanização.

Para estar à altura da capacidade que tivemos de fazer aprovar uma nova Lei de Bases da Saúde é preciso que saibamos continuar a distinguir com clareza o caminho de reforço do SNS, que também impõe a necessidade de identificação de prioridades e de realização de escolhas – construímos mais centros de saúde ou mais hospitais? a que ritmo introduzimos a dispensa de cobrança de taxas moderadoras? apenas aumentamos remunerações ou premiamos o desempenho? melhoramos as participações de medicamentos ou a cobertura por cheque dentista?

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Também em 2020, queremos **fazer mais e melhor**. Mas temos bem consciência de que **quem ere recursos públicos** enfrenta sempre **limitações** e responde sempre pela sua **utilização**.

Em matéria de Saúde cá estaremos para as escolhas que combatam as desigualdades em saúde, e as desigualdades sociais que elas refletem, e para responder pela estão do SNS, que não hesitamos em afirmar que é o melhor modelo para a defesa da saúde de todos os portugueses.